

“GOVERNO DEIXA O PORTO PARA TRÁS”



Rui Rio acusa o Governo de “deixar o Porto para trás” e a Câmara liderada por Rui Moreira de não ter “força política para se impor”, como acontece com a TAP, “que abandonou o aeroporto Sá Carneiro”. No próximo domingo, 9,3 milhões de eleitores escolhem os seus representantes em 308 câmaras, outras tantas assembleias municipais, bem como em 3.091 assembleias de freguesia



pág. 12

PARLAMENTO

TRANSFERÊNCIA DO TC PARA COIMBRA É UM PASSO IMPORTANTE CONTRA A “SAGA CONCENTRACIONÁRIA”

Na opinião de Maló de Abreu, quem defende a coesão nacional só podia ser a favor desta iniciativa do PSD



pág. 13

PARLAMENTO

PSD QUER OUVIR OITO ENTIDADES E O MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

O grupo parlamentar do PSD está preocupado com os preços da eletricidade, que têm “atingido máximos históricos”



pág. 14

REGIONAIS

MIGUEL ALBUQUERQUE DESTACA PAPEL DA AUTARQUIA NA RECUPERAÇÃO DE BAIRRO SOCIAL EM CÂMARA DE LOBOS

O processo de recuperação do Bairro da Palmeira representou um investimento na ordem dos 5 milhões de euros



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

APAGÃO

No passado domingo, António Costa, no fato de secretário-geral do PS, foi a Matosinhos anunciar que vai dar uma "lição exemplar" à administração da Galp por ter encerrado a refinaria de Matosinhos.

Em 6 de maio passado, António Costa, na qualidade de primeiro-ministro, precisamente em Matosinhos, quis dar uma lição exemplar de governação, mas em sentido contrário: "Portugal orgulha-se de ser indicado pela Comissão Europeia como o país que está em melhores condições para alcançar os objetivos de 55% ao nível da redução de emissões, mas isso tem custos. Neste concelho de Matosinhos, acaba de encerrar uma refinaria. Foi um enorme ganho para a redução das emissões".

Para Costa, não interessa a circunstância, nem ou a qualidade em que fala, o que interessa é iludir, enganar, dizer o que é mais conveniente a quem o ouve, neste caso aos eleitores: "Era difícil imaginar tanto disparate, tanta asneira, tanta insensibilidade, tanta irresponsabilidade, tanta falta de solidariedade como aquela que a Galp deu provas aqui em Matosinhos", vaticinou no domingo passado.

Poderíamos pensar que o encerramento da refinaria de Matosinhos seria um lapso ou um momentâneo estado de amnésia do secretário-geral do PS – ou do primeiro-ministro, porque não sabemos onde acaba um e começa outro – mas não. O caso é mesmo descaramento completo, de um chefe de um Governo que não se enche de vergonha da própria mentira.

António Costa age verdadeiramente como agente duplo. Tanto está ao serviço do Estado como é um partisan eleitoral de uma estratégia marcada pela dissimulação e desinformação.

A destruição de 1.600 postos de trabalho, diretos e indiretos, que resultaram do fecho da refinaria, deixa mal na fotografia um primeiro-ministro que quer agradar a gregos e a troianos, deixando a comissão de trabalhadores da Galp em estado de indignação.

Quando os portugueses se preparam para levar com mais um aumento de 3% no preço da luz, é importante recordar que o Governo fechou os olhos à "borla fiscal" da venda de seis barragens na bacia do Douro. Temos um Governo cheio de energia com os consumidores portugueses, famílias e empresas, a quem lhes carrega na conta da eletricidade, mas permite que a Autoridade Tributária abra mão de 100 milhões de euros, a favor de uma empresa que goza de saúde financeira invejável. O Ministério das Finanças foi omisso na responsabilidade de cobrar impostos e o Ministério do Ambiente foi cúmplice, num crime de evasão fiscal – ou em instrumentos de planeamento fiscal abusivos.

No conto de Carlo Collodi, a fada azul apercebeu-se que quando Pinóquio mentia, o nariz do rapaz começava a crescer. Ora, em Portugal, de cada vez que Costa presta declarações públicas, a mentira corre o risco de ser tão grande que até os bonecos de madeira podem ganhar vida.

"Volta para casa, para junto do teu pai. Sê um menino bem-comportado e não mintas mais", disse a fada azul ao rapaz de madeira. O País, por estes dias, é o verdadeiro conto de Carlo Collodi, revisitado. Sempre atual e com novas personagens que nos deixam incomodados, porque a realidade é sempre mais cruel que a ficção.

O Governo decide pouco e quando o faz procura, por todos os meios, impor um apagão aos seus atos de gestão. A mentira está no ar nesta campanha eleitoral e todas as mensagens, falsas ou falaciosas, valem para enganar os mais incautos. Mas não tenhamos ilusões, o atual Governo é ele próprio uma mentira.

RUI RIO EM CASTELO BRANCO

GOVERNO "ESTORRICADO DE EUROS" NA D

Rui Rio acusa o Governo de ter "estorricado" oito milhões de euros "sem critério" nem qualquer monitorização na Dielmar, empresa de confeções localizada em Alcains que acabou por pedir a insolvência.

No dia 15, o Presidente do PSD alegou que a forma como o Executivo socialista atuou neste caso é passível de censura. "Temos um Governo que meteu lá à volta de oito milhões de euros sem ter monitorizado esse dinheiro. Por um lado, não apoia às empresas, por outro mete oito milhões numa empresa para estorricar, no sentido em que agora está falida", apontou.

Rui Rio admite que a empresa pudesse ser apoiada pelo Estado, "mas com algum critério, considerando a importância da empresa para o emprego local".

O líder do PSD deixou críticas também à autarquia (governada pelo PS desde 1997) por ter, segundo as contas do ano passado, "cem milhões de euros à ordem no banco". "Significa que não se investiu ou então que se podia baixar mais os impostos, por exemplo devolver o IRS às pessoas", afirmou Rui Rio, acompanhado pelo candidato a presidente de Câmara de Castelo Branco, João Belém.

Rui Rio acredita que "o PSD tem uma oportunidade de se bater taco a taco" e de vencer esta câmara nas autárquicas de 26 de setembro.

"É um concelho que está estagnado face àquilo que podia estar. Os eleitores têm de perceber que precisam de uma câmara mais dinâmica, que utilize melhor os fundos públicos", referiu considerando que se "gastar é mau, não investir o que se tem também".



ARRICOU OITO MILHÕES DIELMAR



RUI RIO EM PORTALEGRE

ANÚNCIO DE MATERNIDADE PARA COIMBRA É “UM DESPLANTE DE UMA CAMPANHA DE PROMESSAS”



Rui Rio acusa o secretário-geral do PS de “desplante” e “descaramento” por ter prometido construir uma nova maternidade em Coimbra, quando não cumpriu essa promessa durante os últimos anos.

“Em 2015, quando António Costa foi primeiro-ministro já existia [a reivindicação], a doutora Marta Temido foi candidata por Coimbra, promete a maternidade, não realiza maternidade nenhuma, e ontem o primeiro-ministro/secretário-geral do PS, na sua dupla função, vem falar que nas próximas três semanas faz a maternidade? Podia parafrasear António Costa e dizer: macacos me mordam se isto é verdade (...) O PS e António Costa continuam a fazer uma campanha com base em promessas, em milhões, ainda por cima dizendo que se está a prometer mais para o lado do PS é apenas porque os autarcas do PS são melhores e realizam mais”, salientou.

Em Portalegre, na quinta-feira, o Presidente do PSD afirmou ter ficado “chocado” com esta retórica propagandística dos socialistas. “Não tenho memória de ter visto numa eleição recente um desplante e um descaramento desta ordem, a prometer, a prometer a prometer”, declarou.

Para o líder do PSD, esta recente promessa do PS só pode estar relacionada com o projeto de lei do PSD para deslocalizar o Tribunal Constitucional para Coimbra. Rui Rio recordou que “faz hoje um ano” que o PSD anunciou esta medida. “Agora vêm dizer que isto é eleitoralismo. Amanhã, na votação vão deixar passar o diploma por causa das eleições. Vamos ver se depois das eleições não vão votar contra”, disse.

Relativamente à reunião do Infarmed, Rui Rio antevê a decisão de “aliviar substancialmente as medidas” restritivas impostas devido à pandemia de covid-19, mas não “uma libertação completa”.

A este propósito, Rui Rio elogiou a ação do vice-almirante Gouveia e Melo, responsável pela “task-force” que coordenou o processo de vacinação contra a covid-19. “Eu fui o primeiro a dizer que nós devíamos escolher um militar para liderar algo que tinha muito pouco a ver com política de saúde, mas acima de tudo com logística. O PS meteu um dos seus a coordenar e estava a ser um falhanço completo. Espero da reunião a consequência lógica do bom trabalho do almirante e de todos os profissionais de saúde que, sob o comando dele, fizeram este trabalho positivo”, assinalou.



RUI RIO EM OEIRAS

“CASTIGUEM” O PS POR “FAZER PROMESSAS QUE NÃO VAI CUMPRIR”

Rui Rio apelou aos eleitores para que “castiguem” esta forma de fazer política do PS e do Governo ao prometer “o que sabe de antemão que não vai cumprir”.

Em Algés, ao lado do candidato à Câmara Municipal de Oeiras, Alexandre Poço, Rui Rio reiterou as críticas ao secretário-geral do PS, por se ter anunciado na quarta-feira a construção de uma nova maternidade em Coimbra nas próximas três semanas.

“Espero que todo o povo português olhe para a forma como o PS e, em particular o Governo, está a fazer política e promessas que sabe que não vai cumprir e que os castiguem e digam que não é assim que se ganham eleições e que o caminho é outro”, expressou.

E recordou ainda aos eleitores outro facto: “Fiquem também orgulhosos de mim, do Presidente do PSD por não prometer aquilo que é impossível, nem é assim que se devem ganhar eleições”.

“Espero que percebam que, se criticam muitas vezes os políticos, agora demonstrem pelo voto que vale a pena ser sério, e vale a pena ser honesto e comprometermo-nos só com aquilo que podemos fazer”, acrescentou.

O Presidente do PSD elogiou a posição do grupo parlamentar social-democrata quanto ao projeto de lei para transferir o Tribunal Constitucional de Lisboa para Coimbra. “Estou muito orgulhoso do Partido Social Democrata e sabemos que nem sempre podemos estar completamente orgulhosos do nosso partido”, disse.

Sobre o desafio autárquico de Oeiras, Rui Rio agradeceu ao líder da JSD por ter aceitado ser candidato, num concelho que “não é fácil para o PSD”. “É o candidato certo para as circunstâncias que vivemos, num concelho que tem acima de tudo de olhar para o futuro”, afirmou.

A comitiva do PSD esteve na zona da estação ferroviária de Algés, no mercado de Algés e percorreu algumas ruas, onde contactou com os comerciantes locais e populares.



RUI RIO EM SETÚBAL

“CNE JÁ DEU RAZÃO AO PSD”

Rui Rio anunciou que o PSD não pretende apresentar uma queixa formal junto da Comissão Nacional de Eleições (CNE) por causa das promessas do Governo relacionadas com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Rui Rio lembra que a CNE já “deu razão” ao PSD sobre as queixas de falta de neutralidade do Executivo na campanha eleitoral.

Em Setúbal, acompanhado pelo candidato à Câmara Municipal Fernando Negrão, o Presidente do PSD referiu que o mais importante “é que o eleitorado perceba que o primeiro-ministro usa a sua função para prometer em cada canto e em cada esquina milhões aqui e milhões acolá”.

“Não vale a pena fazer a queixa, está feita, a CNE na prática já disse que temos razão, agora o que quero é que os eleitores castiguem e digam aos políticos que não vale a pena andarem a prometer o que não vão cumprir”, explicou, salientando que “o expoente máximo” desta forma de fazer política foi o anúncio da nova maternidade para Coimbra.

Rui Rio entende que o PS está em “desespero de causa”. “Talvez tenham indicadores que isto não vai correr exatamente como pretendiam. Se os portugueses querem ser consequentes com as críticas aos políticos que prometem e não cumprem, aqui têm uma oportunidade de explicar ao dr. António Costa que, sendo um político tão experimentado, ainda não aprendeu essa parte: não se pode, ou melhor, não se deve enganar assim as pessoas”, apelou.

Na sexta-feira de manhã, a comitiva social-democrata esteve em contacto com a população e o comércio local de Setúbal, participando durante a tarde em ações de campanha em Sintra e em Leiria.



RUI RIO NO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

“APOIOS SOCIAIS SÃO PARA QUEM VERDADEIRAMENTE PRECISA”



Rui Rio é “totalmente favorável” aos apoios sociais – que até poderiam ser aumentados se a riqueza do país permitisse – mas considera que é preciso “fiscalização exigente e rigor” para evitar “abusos”.

Em Caminha, dia 18, o Presidente do PSD salientou que “os apoios sociais, seja o subsídio de desemprego ou o rendimento social de inserção (RSI) não são criados para levar as pessoas a não trabalhar, são criados para apoiar quem verdadeiramente precisa”.

Rui Rio reiterou que, como “social-democrata desde os 16 anos”, não é “obviamente” contra os apoios sociais, mas sim contra a sua distribuição “sem rigor e a fiscalização devida”. “Eu, se fosse primeiro-ministro, queria ajudar quem precisa, mas queria ser muito rigoroso e evitar que haja pessoas que se aproveitem dessa boa intenção do Estado. É preciso moralizar, não tem nada a ver com o Chega, está muito longe disso”, considerou.

Rui Rio admite que “a qualquer momento se podem ajustar” esses apoios, mas neste momento, o mais importante é “uma fiscalização exigente”.

“Não posso ter uma pessoa a quem é oferecido, uma, duas ou três oportunidades de emprego e vai recusando, ou até porque tem uma atividade lateral não registada. Os apoios sociais não foram feitos para isso, é preciso que sejam genuínos e dados a quem precisa”, explicou.

Rui Rio quis assim alertar para um problema que está a afetar muitos pequenos empresários e comerciantes com quem contactou nesta campanha autárquica. “O que ouço há bastante tempo é as pessoas dizerem que precisam de empregados e não têm, e não tem porquê? Porque não há? Não, porque as pessoas estão com o rendimento mínimo ou subsídio de desemprego e deixam-se estar e não querem trabalhar”, destacou.

Sobre o aumento dos preços da eletricidade, o líder do PSD precisou que “a questão da energia é uma questão séria” que pode “desacelerar” a retoma económica. “A questão da energia é uma questão séria em que a retoma da economia, não vou dizer que fica travada, mas fica desacelerada seguramente pelo custo de produção”, afirmou.



RUI RIO ACUSA

“GOVERNO DEIXA O PORTO PARA TRÁS”

Rui Rio acusa o Governo de “deixar o Porto para trás” e a Câmara liderada por Rui Moreira de não ter “força política para se impor”, como acontece com a TAP, “que abandonou o aeroporto Sá Carneiro”.

“A TAP abandonou já relativamente o país, só aparece cá para receber os nossos impostos, mas abandonou o aeroporto Sá Carneiro, o Governo não se interessa por isso e a Câmara não tem força política para se impor a um Governo que deixa o Porto para trás”, disse.

Rui Rio, que antes de discursar participou num desfile de carros clássicos pela cidade do Porto, acompanhado por Vladimiro Feliz que, garantiu que, se for eleito, irá trazer de volta o circuito da Boavista, lamenta que a cidade tenha perdido capacidade de influência junto de “um Governo centralista”.

Rui Rio criticou a mentalidade de um Governo que “não quer mudar rigorosamente nada” e que se opõe a todas as medidas de descentralização, como a transferência do Tribunal Constitucional para Coimbra. “É sempre desculpas para que tudo fique na mesma”, criticou.

Além do exemplo da TAP, Rui Rio apontou outros exemplos que mostram que “o Governo não quer mudar nada”. “O Governo anterior do PSD e CDS-PP determinou que a sede do Banco de Fomento era no Porto. Chegou este Governo e, automaticamente, não só o Banco de Fomento não sai do sítio como o pouco que existe foi levado para Lisboa. Ou aquela promessa de que o Infarmed vinha para o Porto, o primeiro-ministro disse cinco vezes – não sei se disse ‘read my lips’ [leiam os meus lábios] – e o Infarmed não foi para Porto rigorosamente nenhum”, explicou.

Rui Rio saudou a coragem de Vladimiro Feliz em assumir compromissos. “Há outros que prometem aquilo que não podem fazer. Eu acho que o Porto dá um passo em frente muito grande quando uma candidatura assume recuperar os valores tradicionais do Porto”, enalteceu.

Rui Rio citou ainda o caso do Museu Romântico, que “foi destruído”, enquanto “marca fortíssima do Porto do século XIX”.



O Presidente do PSD recordou algumas das prioridades enquanto presidente da Câmara do Porto durante 12 anos, como a reabilitação urbana, a coesão social e a mobilidade e os “grandes eventos internacionais” que trouxe à cidade.

“Tanta coisa que fizemos acabou, quando gerimos em função do interesse público não podemos destruir o que de bom os anteriores fizeram. Ser autarca é capaz de ser capaz de definir objetivos para a cidade, não é andar a

gerir conforme o vento está para um lado ou para o outro”, destacou.

O líder do PSD acredita que o Porto vai dar a “resposta adequada” no dia 26 de setembro. “Estou convencido de que, aqui no Porto e por todo o país, o povo português vai dar resposta adequada a esta situação fazendo um aviso à navegação e dizer que o país tem de se desenvolver e o desenvolvimento do país é de Norte a Sul e passando pelas regiões autónomas”, concluiu.



RUI RIO NA TROFA

“O PRR É INSUFICIENTE NO APOIO ÀS EMPRESAS”

Rui Rio considera que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) “não é tão mau como o primeiro-ministro tem vindo a dizer”, “mas é muito insuficiente no apoio às empresas”. “Temos o primeiro-ministro todos os dias a oferecer mais uma estrada, mais um hospital, mais uma ponte. Se fosse verdade o que o primeiro-ministro diz, o PRR seria a pior coisa do mundo, não servia para nada, era para gastar o dinheiro todo de qualquer maneira”, afirmou.

Na segunda-feira, no final de uma reunião com a Associação Empresarial do Baixo Ave, na Trofa, Rui Rio salientou que para “relançar a economia e criar mais e melhor emprego”, é necessário alocar verbas do PRR para as empresas e não em obras públicas. “Se nós queremos temos melhor emprego, temos de apoiar o tecido empresarial e a sua reindustrialização. Se damos prioridade em larga medida às obras públicas... Não digo que não são úteis, mas temos de fazer escolhas, e a escolha tem de ser o futuro, não pode ser o presente”, afirmou.

Rui Rio admite que construir uma estrada ou uma ponte “dá mais votos”, mas questionou “de que serve comparada com o futuro”. “Se a economia portuguesa for mais competitiva, seremos um país mais rico”, acrescentou.

Entre as preocupações transmitidas pelos empresários no encontro desta manhã, Rui Rio voltou a destacar a dificuldade em conseguir mão de obra – por vezes “por as pessoas estarem acomodadas aos apoios sociais” –, a carga fiscal sobre o trabalho e “a inoperância da AICEP”.

Rui Rio sublinha que o papel da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal é “apoiar as empresas que têm potencial” para aumentarem as suas exportações junto de novos mercados.

O Presidente do PSD contesta ainda a “estratégia económica da esquerda”, que é contrária às exportações e ao investimento, precisamente aqueles que devem ser “os motores do crescimento [económico]”.



RUI RIO EM MATOSINHOS

ANTÓNIO COSTA “MENTE DE FORMA DESCARADA” SOBRE O FECHO DA REFINARIA DE MATOSINHOS

Rui Rio acusa António Costa de, enquanto líder do PS, ter desmentido no domingo o que disse enquanto primeiro-ministro em maio sobre o encerramento da refinaria de Matosinhos. Rui Rio considera que, para o líder do PS, “vale tudo em eleições, desde que renda votos”.

Recorde-se que António Costa afirmou no domingo que “era difícil imaginar tanto disparate, tanta asneira, tanta insensibilidade” como a Galp demonstrou no encerramento da refinaria de Matosinhos, prometendo dar uma “lição exemplar” à empresa. Mas, em maio, no encerramento de uma conferência promovida pelo Grupo dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, precisamente em Matosinhos, o primeiro-ministro anunciou que o fecho da refinaria era “um enorme ganho para a redução de emissões”.

“Ontem [dia 19 de setembro] veio na qualidade de secretário-geral do PS desmentir formalmente o primeiro-ministro António Costa, foi isso que ele ontem veio aqui fazer. Eu não sei qual é a lição exemplar que o secretário-geral do PS António Costa quer dar à Galp que o primeiro-ministro António Costa, em maio, não deu”, criticou.

Em Matosinhos, Rui Rio declarou que “o PS tem consciência de que as eleições autárquicas lhe podem correr mal, quando um homem experiente como o dr. António Costa mente desta forma tão descarada no mesmo sítio no mesmo espaço de quatro meses”.

O Presidente do PSD deixou ainda um conselho ao PS para a noite eleitoral do próximo domingo: “Uma vez que hoje já é segunda, devia começar rapidamente a escolher a empresa de sondagens que, depois dos resultados autárquicos, vai tentar emendar a coisa e dizer que, se fossem eleições, legislativas o PS teria tido uma grande vitória. É bom que o PS escolha já a empresa de sondagens, porque vai precisar dessa sondagem, vai precisar que seja



empresa amiga e que tenha comentadores amigos para não comentar os resultados das autárquicas”.

Sobre as eleições autárquicas em Matosinhos, Rui Rio salienta que seria “muito positivo” que houvesse rutura com

a governação socialista neste concelho. “Temos consciência de que o concelho de Matosinhos é muito difícil para o PSD. (...) Vale a pena andar nas ruas de Matosinhos a ajudar o Bruno [Pereira], porque vamos ter um excelente resultado em Matosinhos”, disse.



RUI RIO NA PÓVOA DE VARZIM

GOVERNO, CEDENDO AO PCP E BE, “QUER AUMENTAR OS IMPOSTOS SOBRE A POUPANÇA”



Rui Rio acusa o Governo de ceder às pretensões de BE e PCP, estando a preparar o Orçamento do Estado para 2022 que irá trazer “um aumento brutal de impostos” sobre as poupanças e para todos os portugueses que têm casas no mercado de arrendamento. Em causa está a negociação entre o Executivo e os partidos da esquerda do englobamento obrigatório de rendimentos no IRS, o que irá traduzir-se num agravamento fiscal para milhares de proprietários.

“Se o PS e o Governo cederem a isso estamos a dar mais um passo totalmente errado no sentido que a economia precisa”, afirmou Rui Rio.

Na Póvoa de Varzim, esta terça-feira, Rui Rio caracteriza de “extrema gravidade” esta solução da esquerda, pelo que o PSD irá apresentar uma proposta em sentido contrário em sede orçamental. “O Orçamento entrando, e se isso estiver lá, não tenha dúvida. É estruturante no nosso discurso em termos de política económica em Portugal, temos de incentivar a poupança e não o consumo”, defendeu, dizendo que, “se fosse primeiro-ministro”, tentaria baixar as taxas liberatórias – que se aplicam a quem recebe rendas ou às poupanças bancárias, por exemplo - para o mínimo valor possível.

Rui Rio fez questão de explicar que, se avançar o englobamento obrigatório de rendimentos, passará a aplicar-se às poupanças e às rendas recebidas pelos proprietários “Aquela que for a sua taxa de IRS”. “Quer isto dizer que, se acabarem as taxas liberatórias, as pessoas que têm casas arrendadas vão ter um aumento de imposto brutal (...), a mesma coisa para quem tiver títulos de poupança”, assinalou.

Para o Presidente do PSD, num país em que a taxa de poupança já é “muito baixa” e devendo ser esse o motor do investimento, “o Governo está a ir no sentido rigorosamente contrário ao que deve ser feito”. “Na prática, o Governo diz que não vale a pena poupar porque vamos taxar mais fortemente a poupança. “Temos de incentivar a poupança e o consumo”, salientou.

Rui Rio alerta que, no seu programa, o PS já tinha “umas linhas” sobre o tema, mas “na prática” nunca aceitou o englobamento obrigatório, temendo que desta vez a medida avance. “Como nós sabemos, o Governo faz o braço de ferro, mas depois na hora cede para que o orçamento seja aprovado”, antevê.

Questionado sobre o sentido de voto em relação ao Orçamento, Rui Rio diz que neste momento o PSD não tem uma posição definida, porque ainda não existe Orçamento, mas garante que “se a lógica for de montar um orçamento do Governo PS com fortíssima influência do PCP e do BE”, o PSD irá opor-se. “A lógica do BE e PCP é penalizarem o capital”, frisou.

Sobre as autárquicas, Rui Rio, acompanhado pelo presidente da Câmara e recandidato Aires Pereira, sublinha o trabalho do PSD na Póvoa de Varzim, “um concelho onde claramente o PSD tem maioria e trabalho desenvolvido há muitos anos, mas nada está ganho por antecipação”, porque “é preciso as pessoas votarem”.



TRANSFERÊNCIA DO TC PARA COIMBRA É UM PASSO IMPORTANTE CONTRA A “SAGA CONCENTRACIONÁRIA”

O Parlamento debateu, dia 16 de setembro, o projeto de lei do PSD que defende a transferência da sede do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos para a cidade de Coimbra. Na apresentação do diploma, Maló de Abreu afirmou que a aprovação desta iniciativa dará um sinal, “um importante passo e uma guinada de sentido inverso à saga concentracionária”.

Sublinhando que Portugal é um dos países da União Europeia com o perfil mais centralizado e centralizador, o deputado frisou que é mais do que tempo de “abrir caminho e olhar para o território nacional como um todo”, adiantando o social-democrata que “não há chão pátrio menor ou dispensável”.

Na opinião de Maló de Abreu, quem defende a coesão nacional só pode ser a favor desta iniciativa. “Pode-se e deve-se descentralizar, desconcentrar e deslocalizar com imperdíveis vantagens para o País desde que o saibamos fazer sem se tornar um embaraço, isto é, sem aumentar a despesa pública, sem inflacionar o número de funcionários e sem gerar burocracia. Quem defende um desenvolvimento equilibrado do País só pode ser a favor desta iniciativa”, afirmou.

No que respeita à escolha de Coimbra, Maló de Abreu declarou que se trata de uma escolha óbvia, uma vez que a cidade reúne condições ímpares: pela sua posição geográfica, pela sua indelével característica de Cidade Universitária e pela relevância reconhecida, no plano nacional e internacional, no ensino do Direito.



Com o PS a criticar a proposta do PSD, o deputado eleito por Coimbra acusou os socialistas de falta de credibilidade, recordando que a mesma ideia foi defendida pelo Primeiro-Ministro, em 2018, em entrevista ao Jornal Expresso.

Na altura, recordou, António Costa afirmou: “pergunta-se muitas vezes porque é que a sede do Tribunal Cons-

titucional não é em Coimbra; e eu próprio me interrogo, tendo em conta que os presidentes do Tribunal Constitucional nos últimos anos vêm todos de Coimbra. Aí está um bom exemplo. Não vejo nenhum motivo para que isso não [aconteça]. É um exemplo, é um serviço que é relativamente pequeno e que com facilidade se pode deslocar”.

ENCERRAMENTO DE SERVIÇO CONSULAR NA EMBAIXADA DE PORTUGAL NA NAMÍBIA

GOVERNO “NÃO FOI CAPAZ DE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA ESTA GRAVE SITUAÇÃO”

Os deputados do PSD pedem esclarecimentos ao Governo sobre o encerramento do serviço consular na Namíbia, depois de a única funcionária que ali estava colocada se ter aposentado.

Numa pergunta ao ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dia 17 de setembro, os deputados consideram que a aposentação da funcionária era do pleno conhecimento do Ministério de Augusto Santos Silva, “que não foi capaz de, atempadamente, encontrar uma solução para esta grave situação, que afeta a nossa Comunidade e todos aqueles que necessitam de algum serviço por parte daquela Embaixada”.

Os deputados consideram que esta não é “uma situação única”. “Infelizmente, esta não é uma situação única, pois tem-se verificado o encerramento periódico de serviços consulares quando os respetivos funcionários se encontram impedidos de exercerem as suas funções, como aconteceu em Palm Coast, nos Estados Unidos, no passado verão”, afirmam.

Assim, solicitam ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que os informe, “com urgência”, sobre as soluções que vai adotar para substituir a funcionária que se aposentou da secção consular da embaixada na Namíbia, bem como para reabrir os respetivos serviços ao público.



PREÇO DA ELETRICIDADE

PSD QUER OUVIR OITO ENTIDADES E O
MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia (APIGCEE), a Associação de Comercializadores de Energia no Mercado Liberalizado (ACEMEL), a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), o Operador de Mercado Ibérico (OMIE/MIBEL), a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Os deputados do PSD destacam que “as opções mais recentes do governo em matéria de transição energética, incluindo investimentos na produção de eletricidade com base em centrais solares fotovoltaicas, ainda não estão em fase de produção que permitam suprir as necessidades do consumo, apesar dos baixos preços esperados por unidade de energia”.

O PSD sublinha que, em declarações recentes, o ministro do Ambiente e Ação Climática assumiu que Portugal dispõe de “muitas almofadas” para “inibir o aumento do preço da eletricidade aos consumidores” ou, até mesmo, “reduzir” esse preço.

No entanto, diversos agentes vieram manifestar posições menos otimistas. A DECO referiu que “será inevitável que o preço da luz suba para todos os consumidores”. A Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia (APIGCEE) tem assumido também “grande preocupação com a subida dos preços” e a Associação de Comercializadores de Energia no Mercado Liberalizado (ACEMEL) admite que a tendência se irá “agravar mais ainda” nos próximos tempos. A este grupo de entidades podemos juntar ainda as preocupações da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

Para o PSD, “face aos riscos de uma escalada de preços da eletricidade no médio prazo, só a combinação de várias medidas de diferentes âmbitos poderão reforçar a resiliência do sistema e evitar subidas de preço abruptas para as famílias e empresários”.

Neste quadro, considera o PSD, “Portugal necessita de um programa de medidas anti-choque no setor elétrico para lidar com a volatilidade do mercado e suprir vulnerabilidades internas”.

O grupo parlamentar do PSD requereu a audição do ministro do Ambiente e Ação Climática e de oito entidades ligadas ao setor da eletricidade, perante a escalada dos preços da luz em Portugal, que têm “atingido máximos históricos no mercado ibérico”.

Dada a “complexidade do problema”, o PSD entende ser fundamental ouvir “várias entidades e consensualizar um programa articulado de medidas”, tendo para isso decidido auscultar a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), a Associação

PSD EXIGE RESPOSTAS AO GOVERNO FACE À
“INÉRCIA E INCÚRIA” EM MATÉRIA DE SOLOS
CONTAMINADOS

O grupo parlamentar do PSD acusa o Governo de “inércia e incúria” relativamente ao problema dos solos contaminados em dois terrenos, incluindo na refinaria da Galp em Matosinhos, e pede esclarecimentos ao Executivo.

Numa pergunta dirigida ao ministro do Ambiente e Ação Climática, na terça-feira, 21 de setembro, os deputados do PSD referem que a situação nos terrenos da refinaria de Matosinhos e também dos terrenos em Lisboa em que irão decorrer as Jornadas Mundiais da Juventude já antes tinha motivado pedidos de esclarecimento, mas sem resposta.

“Desde 2015, ano em que foi submetida a consulta pública, que a legislação que estabelece o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos (ProSolos) continua sem ser aprovada e publicada pelo Governo”, alerta o PSD.

As críticas à posição do Executivo, que os sociais-democratas consideram que tem revelado “incúria” por parte do Governo, são agora agravadas na sequência das recentes declarações do primeiro-ministro, a respeito da refinaria de Matosinhos.

Perante as declarações do secretário-geral do PS, o grupo parlamentar acusa o também primeiro-ministro de hipocrisia e refere que o chefe de Governo “tem ignorado as denúncias referentes aos solos contaminados e só em época eleitoral manifesta a sua preocupação”.

Na mesma pergunta, os sociais-democratas pedem esclarecimentos sobre o problema, designadamente sobre a publicação do diploma ProSolos, recordando que o ministro, por diferentes ocasiões desde 2015, apresentou



um prazo para a publicação da lei.

Assim, o PSD insiste numa data para a publicação do diploma em “Diário da República”, e pede esclarecimentos sobre os solos contaminados existentes na refinaria da Galp em Matosinhos e planos para a sua retirada.

Sobre os terrenos onde vão ocorrer as Jornadas Mundiais da Juventude, o grupo parlamentar pergunta também quais os riscos existem para as populações limítrofes de Loures e de Lisboa e questiona sobre a sua descontaminação.

O PSD pergunta:

1. Quando será efetivamente publicado o diploma ProSolos?
2. Qual a justificação para seis anos de inércia neste dossier dos solos contaminados, sem publicação do regime jurídico que visa a proteção do ambiente e das populações?
3. Quais as estimativas de solos contaminados existentes nos terrenos da refinaria da GALP em Matosinhos? Existe algum planeamento para a sua retirada? Tem sido o Ministério do Ambiente informado pela GALP nesta matéria? Quais as diligências em curso?
4. Em relação aos terrenos onde irão ocorrer as Jornadas Mundiais da Juventude, pertença da GALP na Bobadela, quais os resultados das análises conduzidas pela CCDR-LVT / APA? Confirmam-se as excedências de valores-límites para a contaminação com hidrocarbonetos?
5. Que riscos existem para as populações limítrofes de Loures e de Lisboa?
6. Quais os planos de descontaminação para estes terrenos?
7. Irá a GALP suportar os seus custos da descontaminação ao abrigo do princípio do poluidor-pagador ou será o Estado a arcar com a fatura para poder realizar o evento?

MIGUEL ALBUQUERQUE DESTACA PAPEL DA AUTARQUIA NA RECUPERAÇÃO DE BAIRRO SOCIAL EM CÂMARA DE LOBOS



O presidente do Governo da Madeira, Miguel Albuquerque, sublinhou o papel da Câmara Municipal de Câmara de Lobos no processo de recuperação do Bairro da Palmeira, que representou um investimento de cerca de cinco milhões de euros.

“É bom ter presidentes de Câmara que são maçadores”, disse, referindo-se ao social-democrata Pedro Coelho, que lidera o executivo camarário. E reforçou: “Se ele estivesse calado e não dissesse nada [ao Governo Regional], ainda estávamos no início da obra ou nem tínhamos começado”.

Miguel Albuquerque falava na inauguração das obras de reabilitação do bairro social da Palmeira, na cidade de Câmara de Lobos, no concelho contíguo ao Funchal a oeste, composto por 31 edifícios de habitação (281 fogos), onde vivem mais de 1.400 pessoas.

O governante sublinhou a insistência “durante anos” do presidente da Câmara Municipal para que o projeto de recuperação fosse executado, o que aconteceu através da empresa pública Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM) e representou um investimento de 5 milhões de euros, dos quais 3,5 milhões oriundos do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

A obra incluiu a pintura de todos os blocos, edificados na década de 80 do século passado, e a substituição das coberturas em fibrocimento, bem como a reabilitação das zonas comuns e a remodelação das redes de abastecimento de água, telecomunicações e eletricidade.

“Este é um dos melhores bairros não só de Câmara de Lobos, como da Madeira. Há poucos bairros com esta situação privilegiada, com uma vista magnífica, acesso às vias rápidas, com uma população trabalhadora e amiga do seu amigo”, declarou Miguel Albuquerque, falando para os moradores, após percorrer parte do complexo acompanhado por uma banda de música.

PSD QUER “SOLUÇÃO DEFINITIVA” PARA GALERIAS COMERCIAIS INACABADAS EM PONTA DELGADA

O candidato do PSD à Câmara de Ponta Delgada, Pedro Nascimento Cabral, quer que seja encontrada, “o quanto antes”, uma “solução definitiva” para as galerias inacabadas na Calheta Pêro de Teive, defendendo um projeto que “reúna o máximo consenso”.

“Esta visita é simbólica porque, se ganharmos as eleições, como esperamos, a partir do dia 26 de setembro, o executivo camarário não vai permitir que esta situação continue como está e vamos exercer toda a nossa influência junto do Governo Regional e do promotor para devolver este espaço aos cidadãos de Ponta Delgada e aos cidadãos da Calheta”, afirmou Pedro Nascimento Cabral, dia 20 de setembro.

O candidato falava no âmbito de uma visita às galerias comerciais da Calheta Pêro de Teive, uma obra inacabada que ocupa um espaço nobre da cidade de Ponta Delgada.

Em fevereiro, a autarquia arrancou com a demolição parcial das galerias, nomeadamente a parte que não estava devidamente licenciada.

Este processo referente às galerias arrasta-se desde 2008, altura em que foi anunciado um novo espaço comercial na marginal de Ponta Delgada, a cargo da ASTA Atlântida, agora detida pelo fundo Discovery, mas que nunca foi terminado.

Em 2016, o mesmo fundo apresentou uma “mudança radical” para as inacabadas galerias comerciais, que passava por demolições e redução de volumetrias, aproveitando o espaço para a criação de uma unidade hoteleira e de um jardim público, mas que também não arrancou. O processo de reformulação do projeto de arquitetura só foi iniciado em 2018.

Pedro Nascimento Cabral considerou que, concluída a “demolição da parte não licenciada, agora é preciso encontrar uma solução definitiva”.

O social-democrata defendeu a necessidade de colocar à aprovação dos munícipes o futuro projeto para a zona, tendo em vista “uma solução estruturante” para o local. “É preciso envolver os munícipes, as instituições, as ordens dos arquitetos e engenheiros. Envolver os movimentos cívicos e que daqui possa sair um projeto que seja o mais consensual possível para caracterizar esta zona da Calheta de Pero de Teive nas próximas décadas”, vincou.

Na sua perspetiva, o projeto que vier a ser encontrado deve contemplar “uma zona de estacionamento”, assim como “uma ligação efetiva do local à marina de Ponta Delgada”.

Os empresários com atividades ligadas ao mar junto da marina devem poder “beneficiar de alguns espaços comerciais” da zona, acrescentou.

“O que queremos, acima de tudo, é harmonizar este espaço em que seja possível manter esta frente marítima da Calheta que é tradicional e histórica. Não podemos perder esta ligação da Calheta com o mar”, sublinhou o candidato.



CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Alfândega da Fé, para reunir no próximo dia 23 de Outubro de 2021 (sábado), pelas 16h00, na Sede do PSD, sita na Praça do Município, N.º11, 5350-017 em Alfândega da Fé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Alfândega da Fé.

Notas:

As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Bragança, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2021 (domingo), pelas 16h00, na Sede do PSD, sita na Praça da Sé, nº16 - 1º Andar, 5300-265 em Bragança, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Bragança.

Notas:

As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.



CONHEÇA OS NOSSOS CANDIDATOS EM

www.psd.ptptconheca-os-nossos-candidatos